

Aula 9

A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO ROMANO I

META

Delimitar o Império Romano no tempo e no espaço e apresentar características básicas da sociedade romana.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- identificar os limites geográficos máximos do Império Romano;
- listar os principais inimigos de Roma em seu processo de expansão;
- identificar os principais grupos formadores da sociedade romana.

INTRODUÇÃO

Caro aluno ou cara aluna, nesta aula iniciaremos nossos estudos sobre o Império Romano. É claro que pelo espaço que teremos para abordar o assunto vamos apresentá-lo apenas em suas linhas gerais. O aprofundamento do tema dependerá de seu interesse em buscar informações em outras fontes além deste manual. Lembre-se de que o universo de pesquisa no campo da História Antiga é quase infinito, assim como em outros campos de estudo. Dessa forma, você, na condição de futuro(a) professor(a) de História, não se deve contentar com o mínimo. Busque sempre mais informações, pesquisando no máximo de fontes que você dispuser.



Fotografia do Anfiteatro de Nîmes. Autoria não-identificada. Nîmes é uma cidade do sul da França, fundada pelos romanos, como colônia. A Arena foi construída no final do Séc. I d.C. O anfiteatro de Nîmes é um dos maiores da Gália Romana. Tem capacidade para 20.000 espectadores que, no passado, assistiam lutas de animais e gladiadores.

(Fonte: <http://www.meusestudios.com>).

ROMA ANTIGA

Quando se fala de Roma Antiga deve-se ter em mente que um império sempre igual a si mesmo, do mesmo jeito durante séculos, nunca existiu. A história de Roma Antiga constitui-se um processo constante de transformações. Desde sua fundação, fixada pela tradição no século 8 a.C., até a queda do Império Romano do Ocidente, 476 d.C., sob os golpes das invasões bárbaras, poderíamos dizer que existiram muitas “Romas”, todas distintas e com características próprias. Por exemplo, a sociedade romana do século 5 a.C. não era a mesma da dos romanos que viveram no século 5 d.C.. Mil anos de história, com suas transformações e conflitos, foram suficientes para que fosse produzido um mundo muito diferente do outro.

A grande extensão de tempo e de espaço, que envolve os estudos sobre Roma, faz com que não possamos descrever o mundo romano como uma entidade fixa e imutável.

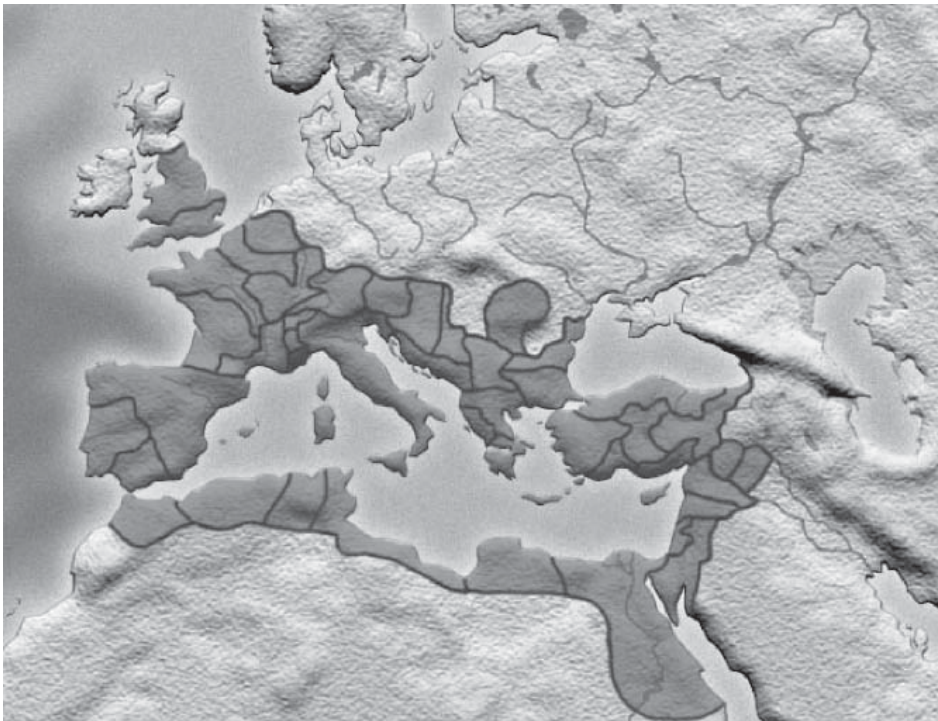
A história de Roma é tradicionalmente dividida em três períodos:

Monarquia (753 a 509 a.C.)

República (509 a 27 a.C.)

Império (27 a.C. a 476 d.C.)

Imaginemos um exemplo. Pense no caso do Brasil. Seria cabível considerarmos a nossa história como um todo indivisível, um único bloco no qual não distinguiríamos as diferenças entre o período colonial e o contemporâneo? E se as transformações no tempo produziram diferenças, o que poderíamos dizer das distinções regionais? Ao descrevermos de maneira simplificada a sociedade brasileira, seria correto escolher como ela se apresentaria em um determinado período e região, como, por exemplo, Minas Gerais no século XVIII, e fazer desse estudo um modelo que explicaria toda nossa história? Claro que não!

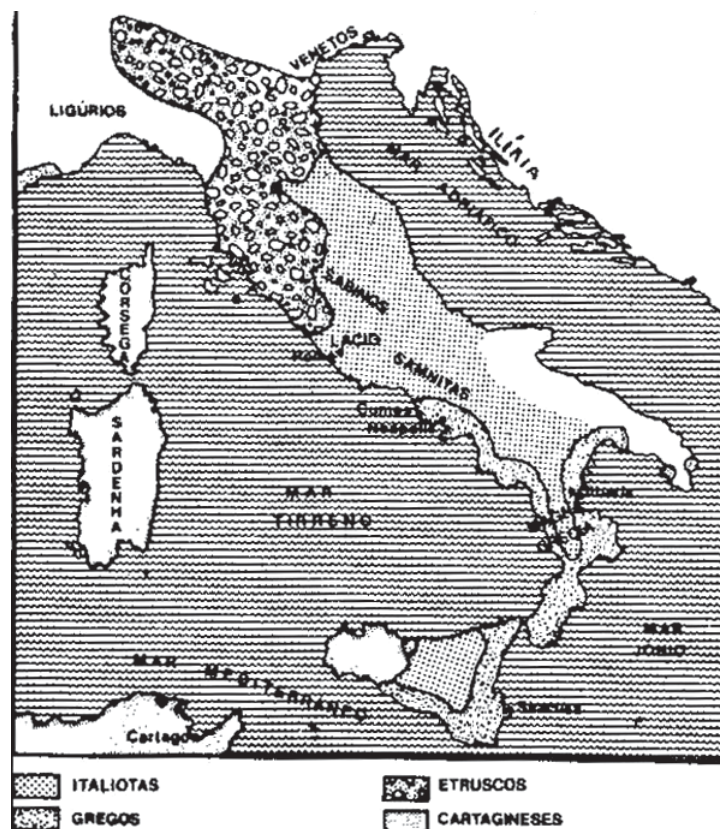


Império Romano e suas províncias, 211 d.C.

Assim, ao estudarmos o Império Romano, nunca devemos perder de vista sua dimensão gigantesca, tanto temporal como espacial. À época de sua fundação lendária, 753 a.C., os romanos constituíam um pequeno povoamento, na região do Lácio, na parte central da península itálica. Em 211 d.C., Roma constituía-se em um grande império, envolvendo extensa região em torno da bacia do Mediterrâneo. De seu extenso império fazia parte o norte da África, a atual região do Oriente Médio, toda península da Anatólia (atual Turquia), a Bretanha e toda a Europa ao sul dos rios Reno e Danúbio, articulando uma vasta área que envolvia regiões e culturas muito distintas uma das outras.

Devido à falta de fontes, conhecemos muito pouco a respeito dos primórdios da história de Roma. Vestígios arqueológicos indicam que, por volta do início do 1º milênio a.C., o local, que no futuro se constituiria o núcleo original da organização da urbe romana, era ocupado por pequenas comunidades tribais independentes. A tradição aponta que essas tribos teriam se organizado em torno de uma urbe monárquica no ano de 753 a.C.

Nos primórdios do período monárquico, a Península Itálica era ocupada por diversas comunidades, que apresentavam variadas formas de organização social. Dentre elas, destacamos os etruscos, os gregos e diversas comunidades de origem indo-européia, como as tribos latino-faliscas, umbro-sabélicas e ilíricas.



Mapa representativo do povoamento da península itálica nos primórdios da monarquia romana.

(Fonte: <http://br.geocities.com>).

Por meio de uma hábil política, envolvendo diplomacia e estratégia militar, os romanos foram vencendo todos os seus oponentes na Península Itálica central e meridional. Os etruscos foram vencidos em 295; a Liga Samnita em 280; e os gregos em 272.

ETRUSCOS

Os Etruscos eram um aglomerado de povos que viveram na actual Itália na região a sul do rio Arno e a norte do Tibre, então denominada Etrúria e mais ou menos equivalente à actual Toscana, com partes no Lácio e a Úmbria.

Desconhece-se ao certo quando os Etruscos se instalaram aí, mas foi provavelmente entre os anos 1200 e 700 a.C.. Nos tempos antigos, o historiador Heródoto acreditava que os Etruscos eram originários da Ásia Menor, mas outros escritores posteriores consideram-nos italianos. A sua língua, que utilizava um alfabeto semelhante ao grego, era diferente de todas as outras e ainda não foi decifrada, e a religião era diferente tanto da grega como da romana.

A Etrúria era composta por uma dúzia de cidades-estados, cidades altamente civilizadas que tiveram grande influência sobre os Romanos. Os últimos três reis de Roma, antes da criação da república em 509 a.C., eram etruscos. Verificaram-se prolongadas lutas entre a Etrúria e Roma, terminando com a vitória desta última nos anos 200 a.C.

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre (7/03/2007).

Após terem submetido os povos da Península Itálica aos seus domínios, os romanos voltaram suas atenções aos cartagineses, um povo fenício que controlava a navegação no Mediterrâneo Ocidental.



Mapa com a localização de Cartago, no norte da África.
(Fonte: <http://www.portalplanetasedna.com.ar>).

A cidade de Cartago localizava-se no norte da África. Seus domínios estendiam-se por importantes ilhas mediterrânicas como Sicília, Sardenha, Córsega e as Ilhas Baleares, e também ao sul da Península Ibérica.

As Guerras Púnicas (264 – 146), como são chamadas as guerras entre Roma e Cartago, tiveram a disputa pelo domínio da Sicília, ilha localizada ao sul da Península Itálica, como motivo de sua eclosão. Era o expansionismo romano que se chocava com o poder cartaginês no Mediterrâneo Ocidental.

O conflito foi violento, cheio de altos e baixos para ambos os lados. Dentre os seus momentos mais espetaculares, destacaríamos a campanha cartaginesa, liderada por Aníbal que, partindo da Espanha e atravessando os Pireneus com um grandioso exército, atacou os romanos pelo norte. Embora, nessa travessia épica, Aníbal tivesse perdido quase metade de seus homens, esse foi um dos momentos mais ameaçadores vividos por Roma durante a guerra. Os romanos chegaram muito perto da derrota, porém conseguiram se reorganizar e derrotar os cartagineses, conquistando seus domínios e destruindo completamente Cartago em 146 a.C.



Representação da marcha de Aníbal até a Itália, ocorrida durante a Primeira Guerra Púnica. (Fonte: <http://www.historiadomundo.com.br>).

CARTAGO

Os poeni, nome dado pelos romanos aos povos que habitavam a região onde hoje fica a Tunísia, deram origem à civilização púnica que, centralizada na cidade de Cartago, alcançaria grande desenvolvimento comercial no norte da África, no sul da península ibérica e nas ilhas mediterrâneas de Ibiza, Córsega, Sardenha e Sicília. A expressão fenícia

Qart Hadasht, “cidade nova”, gerou, ao latinizar-se, a denominação de Cartago, colônia fundada por comerciantes fenícios, no século IX a.C., numa região ao norte da África, de fundamental importância estratégica.

A florescente civilização cartaginesa chegou a desafiar o poder de Roma, o que causou seu desaparecimento.[...] Embora já fosse comum no Mediterrâneo ocidental a presença dos fenícios, a cultura desse povo conheceu, com Cartago, um dos mais esplendorosos momentos de sua história. [...] O grande império púnico, cuja força residia no domínio comercial, se viu defrontado com o crescente poder da civilização romana. O antagonismo entre os dois povos originou as três guerras púnicas.

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre (07/03/2008)

Após o término da segunda Guerra Púnica (202), quando o poderio cartaginês foi praticamente destruído, Roma passou a atacar o reino helenístico da Macedônia, e seus aliados, em resposta ao apoio dado a Cartago. Com habilidade política e estratégia militar, conseguiram vencer seus inimigos e impor seu domínio. Em 188 a.C., com a submissão dos reinos helenísticos e das cidades gregas que lhes ofereciam resistência, Roma torna-se também senhora do Mediterrâneo Oriental.



Mapa representando o mundo helenístico (Fonte:<http://images.google.com.br>).



ATIVIDADES

Uma das estruturas básicas da sociedade romana, apresentando-se desde seus primeiros tempos, era a sua organização em gens e famílias. Nesta atividade, caro aluno ou cara aluna, trazemos para você um trecho do livro “Sociedade e Política na Roma Antiga” de Maria Luiza Corassim, no qual se descreve a organização das gens e das famílias, em seus períodos mais remotos, antes mesmo da constituição da cidade de Roma em um estado monárquico em 753 a.C.. Esta atividade tem por finalidade proporcionar um momento para que você possa refletir sobre esses dois conceitos muito importantes para a compreensão da sociedade romana, mesmo em períodos posteriores. Agora, leia o texto com atenção e depois responda a questão solicitada.

A gens era constituída por um conjunto de grupos de famílias, vinculadas a um antepassado mítico, do qual derivava o nome – gentílico – que identificava seus membros (por exemplo, gens Aurélia, Fábia, Valéria). Cada uma possuía tumbas próprias e celebrava cultos privados. Uma das funções da gens era organizar, inclusive porque comumente seu núcleo se concentrava em determinado território. O desenvolvimento do Estado foi reduzindo as gentes (plural de gens) a um débil resíduo do que haviam sido.

As famílias que constituíam as gens eram grupos menores, e cada uma se caracterizava por um cognomem usado após o nome da gens. Por exemplo, a família Cipião pertencia a gens Cornélia. A família romana arcaica era uma entidade social, econômica e religiosa. O chefe da família, em virtude de sua autoridade, exercia um poder juridicamente ilimitado sobre a mulher, os filhos, os escravos e sobre o patrimônio familiar, legalmente reconhecido como pátria potestas. Era de sua competência a administração da propriedade familiar, sobretudo o cultivo das terras; ele decidia questões jurídicas como a punição de delitos cometidos por membros da família; também administrava, como sacerdote, o culto aos antepassados. Na vida política, seu domínio correspondia ao exercido pela aristocracia formada pelas famílias de maior prestígio (CORASSIN, 2001, p.12).

1. De acordo com a autora como podemos definir gens e família na sociedade romana?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

1. A gens constituía-se de um grupo de famílias que praticavam cultos privados, possuíam túmulos próprios e pelo menos em suas origens tinham como uma de suas funções básicas a organização da defesa do território. As famílias que constituíam a gens eram núcleos menores e abrangia tudo aquilo que estava sob o domínio de seu chefe, o pater famílias: esposa, filhos, escravos. O pater famílias era a autoridade máxima dentro dela. Podia dispor dos bens da família e administrava a justiça entre seus membros, decidindo sobre as punições de delitos cometidos pelos seus membros.

Nos princípios do período republicano, a sociedade romana dividia-se basicamente em três grupos: patrícios, plebe e clientes. A origem de cada um desses grupos é motivo de debate entre os historiadores e nada de conclusivo sobre essa questão pode ser afirmado. Acredita-se que os patrícios seriam os chefes das gentes mais antigas do Lácio que, por esse motivo, detinham as melhores propriedades e também monopolizavam o direito de governar e ditar as leis. Chega-se a afirmar que eles seriam os descendentes dos primeiros senadores quando da criação da monarquia romana. Chefes das famílias mais poderosas e influentes, os patrícios formavam a aristocracia romana.

Segundo relato lendário, Rômulo, ao criar a monarquia tornando-se seu primeiro rei, teria criado um conselho, chamado senado, formado por cem patres famílias.

Pequenos proprietários, detentores de terras menos férteis, a plebe era formada por elementos que gozavam de condições econômicas e sociais inferiores às dos patrícios. Segundo Maria Luiza Corassin:

As origens da plebe romana são ainda mais obscuras do que as gentes. Etimologicamente, esse nome se relaciona com a idéia de massa: o termo plebs se assemelha ao termo grego plethos, que tem o sentido de multidão. Os plebeus, como os patrícios, dispunham da cidadania, mas sem terem os privilégios destes últimos. Conhecemos mal a origem da plebe – e provavelmente devem ser várias (2001, p. 13).

Corassin observa que os clientes seriam, de início, camponeses pobres que cultivavam a terra de um patrono em troca de proteção. Formavam um grupo social que se encontrava em relação direta de dependência para com os patrícios. A relação de clientela estabelecia um vínculo entre o patrono e o cliente, ambos ficando ligados por uma série de obrigações recíprocas. O

cliente recebia proteção e terras do patrono e tinha a obrigação de lutar em seus exércitos gentílicos e de prestar jornadas de trabalho para seu senhor.

A clientela, comum também a outros povos itálicos, permaneceu como uma das características marcantes da sociedade romana. Na República, bem como no Império, as famílias da aristocracia rodeavam-se de uma enorme clientela, que lhes proporcionava prestígio, poder pessoal e em muitas ocasiões força militar (2001, p. 60).

Desde os primórdios da República registram-se lutas entre patrícios e plebeus. Os conflitos giravam em torno de dois pontos básicos: a questão da igualdade civil e da terra. Quando da organização do estado romano, os patrícios se assenhorearam das principais funções administrativas e do senado tornando-os monopólios de sua classe, impedindo o acesso dos plebeus a ela. Tal exclusão foi fonte permanente de confronto entre eles. Como resultado, os plebeus foram paulatinamente alargando seus direitos até conseguirem acesso a todas as magistraturas e a igualdade política em 287 a.C. com a Lei Hortênsia, que dava validade legal às decisões da assembléia popular da plebe. Segundo a professora Maria Luiza Corassin, a Lei Hortênsia marcaria o fim do período da luta de classes entre patrícios e plebeus.

Porém, se as questões da desigualdade política entre patrícios e plebeus foram se resolvendo durante os conflitos do período republicano, o problema da terra, longe de ser equacionado, foi se agravando. O constante estado de guerra em que Roma se envolvia, principalmente durante as Guerras Púnicas, levou a uma piora das condições sociais dos pequenos camponeses, que, devido às devastações e suas prolongadas ausências, em consequência das constantes mobilizações para as tropas a que eram submetidos, acabaram arruinando-se e perdendo suas terras.



ATIVIDADES

Caro aluno ou querida aluna, nesta atividade selecionamos um texto escrito por Maria Luiza Corassin cuja questão tratada nele é o problema da terra e o empobrecimento dos pequenos e médios proprietários. Leia-o com atenção e depois responda às perguntas que fizemos sobre ele.

Uma das mais sérias consequências da Segunda Guerra Púnica e da expansão romana foi o empobrecimento e a proletarização [dos pequenos e médios proprietários]. Eles foram os maiores prejudicados na guerra contra Aníbal, que assolou a Itália de 218

a 201 a.C. Calcula-se que, durante essa longa guerra, a metade dos homens entre 18 e 46, capazes de servir, foi convocada. As baixas foram tremendas. O número de cidadãos mobilizáveis de cerca de 270 mil em 233 a.C. para 214 mil em 204 a.C. Nas sangrentas guerras que se seguiram, já se fazia sentir a dificuldade em chamar homens para o exército. O território itálico, principalmente no sul, sofreu terrível devastação com a movimentação dos exércitos e as represálias de Roma contra as cidades meridionais que aderiram a Aníbal. Após o fim da guerra, muitos soldados, ao retornarem a suas propriedades, encontraram-na arruinadas – e nem todos tinham a condição de reconstruí-las. Assim, os pequenos e médios proprietários de terras, cidadãos que constituíam o cerne das legiões romanas, encontraram-se profundamente atingidos. Famílias de camponeses muitas vezes não dispunham mais de braços para a lavoura, pois seus homens haviam perecido na guerra ou se encontravam servindo em outra. Viúvas e órfãos, arruinados pela perda do chefe da família, eram de alguma forma levados a se desfazerem de suas propriedades. Beneficiando-se desse processo, os proprietários fundiários mais ricos procuraram apoderar-se das terras desses camponeses: ocupando as terras públicas que permaneceram abandonadas, ou adquirindo a baixo preço as propriedades cujos donos não tinham mais condições de cultivá-la (CORASSIN, 2001, p.44).

1. Por que, segundo o texto, os pequenos e médios proprietários foram os mais prejudicados durante as guerras travadas por Roma?
2. De que maneira, segundo o texto, os proprietários fundiários mais ricos se beneficiaram do estado crônico de guerra em que Roma se encontrou durante o período republicano?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

1. Devido aos longos períodos de convocação, motivados pelo constante estado de guerra que Roma se encontrava, os pequenos e médios proprietários, que formavam a base dos contingentes dos exércitos romanos, mantinham-se por muito tempo afastados de suas propriedades. Isso, aliado às devastações próprias da guerra, levou esses camponeses à ruína, fazendo com que perdessem suas propriedades, entrando assim em processo de proletarização.
2. Os proprietários fundiários mais ricos, graças a esse estado de guerra constante, encontraram boas oportunidades para ampliarem suas riquezas, comprando por preços baixos as terras dos camponeses arruinados e se apropriando das terras públicas (o *ager publicus*).

CONCLUSÃO

De sua fundação como urb monárquica em 753 a.C. até meados do período republicano, Roma passou por um processo de expansão territorial que lhe proporcionou um vasto domínio em torno do mar Mediterrâneo. Porém, tal expansão foi feita a um custo social muito alto, pois a massa de camponeses, que formava a base do vitorioso exército romano, se empobrecia como resultado dessa mesma expansão.



RESUMO

O império Romano constituiu-se em uma imensa estrutura organizacional integrando vastas regiões do mundo mediterrâneo. Sua dimensão geográfica e temporal não permite que possamos apreendê-lo como algo imutável, fixo. O Império Romano desde seus momentos de formação até o seu período de crise caracterizou-se por um constante processo de transformação. Foi durante o período republicano que Roma travou suas principais guerras expansionistas, vencendo importantes e poderosos inimigos na bacia do mediterrâneo, dentre eles: os etruscos, os cartagineses e os reinos helenísticos.



AUTO AVALIAÇÃO

1. Defina gens e família no âmbito da sociedade romana antiga.
2. Quem eram os patrícios, plebeus e clientes na sociedade romana arcaica?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

1. A gens era formada por um conjunto de famílias, ligadas a um antepassado comum. Cada gens possuía cultos privados e túmulos comuns. A família romana arcaica era uma entidade social, econômica e religiosa. O chefe da família exercia poder ilimitado sobre a mulher, os filhos, os escravos e sobre o patrimônio familiar.
2. Os patrícios eram os chefes das gentes (plural de gens) mais ricas e mais antigas de Roma, detentores das melhores terras. Chefes das famílias mais poderosas e influentes, os patrícios formavam a aristocracia romana.

Os plebeus eram os pequenos proprietários, detentores de terras menos férteis, que gozavam de condições econômicas e sociais inferiores à dos patrícios. Os plebeus, como os patrícios, dispunham da cidadania, mas sem terem os privilégios destes últimos.

Os clientes eram camponeses pobres que cultivavam a terra de um patrício em troca de proteção. A relação de clientela estabelecia um vínculo entre o patrono (patrício) e o cliente, ambos ficando ligados por uma série de obrigações recíprocas. O cliente recebia proteção e terras do patrono e tinha a obrigação de lutar em seus exércitos gentílicos e de prestar jornadas de trabalho para seu senhor.



PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, estudaremos os conflitos políticos que levaram ao final da República com a constituição do Império por Otávio Augusto.

REFERÊNCIAS

FLORENZANO, M.B. **O Mundo Antigo: economia e sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CORASSIN, M.L. **Sociedade e Política na Roma Antiga**. São Paulo: Atual, 2001.

Wikipédia, a enciclopédia livre.